

# VENTOS DOS DIREITOS HUMANOS NOS HORIZONTES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: (RE)PENSANDO A EVASÃO ESCOLAR JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

Adonias Soares da Silva Júnior; Wilmo Ernesto Francisco Junior; Clara Paula de Lima; Jaquelyne Macedo Ortega; Claudinei de Oliveira Pinho

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, e-mail: adonias.silva@ifro.edu.br; Universidade Federal de Alagoas – UFAL, e-mail: wilmojr@bol.com.br; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, e-mail: clara.lima@ifro.edu.br; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, e-mail: jaquelyne.ortega@ifro.edu.br; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, e-mail: claudinei.oliveira@ifro.edu.br

Resumo: A evasão escolar é um dos temas mais discutidos no contexto educacional e requer a adoção de políticas públicas e educacionais para resolver ou esclarecer esse problema. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender sob a ótica dos direitos humanos os motivos que levam os discentes a abandonarem os estudos, promovendo uma análise que estabelece possibilidades com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar na Educação a Distância (EAD), bem como propor estratégias junto com a comunidade acadêmica e sociedade para minimização desse indicador. Percebe-se que o processo educacional brasileiro é efetivo, no sentido de inserir os indivíduos na escola, todavia, o acesso por si não garante a permanência do aluno, a qualidade da formação e nem de êxito do término de seus estudos. Uma problemática que merece atenção é a evasão escolar, fenômeno crescente na realidade das instituições educacionais públicas em todo país e as razões para esta incidência estão presentes em vários aspectos sociais e institucionais. A metodologia utilizada nesse trabalho trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. Também será de modo quantitativo de natureza inferencial, pois se procura explicar o porquê da evasão explorando maneiras de identificar os fatores determinantes, a fim de promover uma análise que estabeleça possibilidades com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar na Educação a Distância (EAD), de maneira a garantir o direito à Educação, conforme previsto na Constituição Federal brasileira.

Palavras-chave: Direitos humanos, evasão, educação à distância.

## INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são normas mínimas necessárias para uma vida digna. Nesse contexto, A educação é também entendida e reconhecida como um dos direitos humanos. Está reconhecida no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

O direito à educação tem um sentido mais amplo, não se referindo somente à educação escolar. O processo educativo se inicia com o nascimento e termina apenas no momento da morte. A aprendizagem acontece em diversos âmbitos, na família, na comunidade, no trabalho, no grupo de amigos, na associação e também na escola.



Um aspecto que vai de encontro ao direito do cidadão é a evasão escolar. É um dos temas mais discutidos no contexto educacional e requer a adoção de políticas públicas e educacionais para resolver ou esclarecer esse problema. Nesse sentido, o presente trabalho apresentar uma reflexão sobre os aspectos que contribuem para que os alunos abandonem seus estudos, em paralelo com os seus direitos de garantia e acesso a educação pública brasileira.

O presente estudo busca compreender e evidenciar os motivos que levam os discentes a abandonarem os estudos, promovendo uma análise sob a ótica dos Direitos Humanos, buscando compreender os aspectos que levam a evasão escolar na Educação a Distância (EAD), de maneira a garantir o direito à Educação, conforme previsto na Constituição Federal brasileira.

#### **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nesse trabalho trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. Também será de modo quantitativo de natureza inferencial, pois se procura explicar o porquê da evasão explorando maneiras de identificar os fatores determinantes, a fim de promover uma análise que estabeleça possibilidades com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar na Educação a Distância (EAD), de maneira a garantir o direito à Educação, conforme previsto na Constituição Federal brasileira.

Para alcançar os objetivos e responder aos questionamentos deste estudo, foi escolhida a metodologia da pesquisa-ação, tendo em vista que o trabalho foi concebido e realizado em estreita associação com uma resolução de um problema coletivo (THIOLLENT, 2005). Quanto à modalidade, se trata de uma pesquisa de campo do tipo exploratória, porquanto descreve as características do fenômeno pesquisado (GIL, 2008).

A pesquisa inicial se desenvolveu em dois momentos: o primeiro, já concluído, corresponde ao levantamento de todos os dados que permitam construir a caracterização fundamentada da situação da evasão dos cursos técnicos em Finanças oferecidos na modalidade EAD objeto da pesquisa e; no segundo, com base na teorização produzida a partir dos dados levantados e do referencial teórico estudado, buscando desenvolver ações voltadas ao enfrentamento da evasão visando à diminuição de seus índices.

No segundo momento, será aplicado um questionário com os alunos evadidos com perguntas abertas e fechadas no universo dos alunos evadidos nas respectivas turmas, com base nos preceitos éticos previstos na Resolução nº 466/CNS/2012. Das informações referentes à coleta de dados dos



alunos evadidos no curso técnico em Finanças EAD nos anos de 2014/1, 2014/2, 2015/1, 2015/2 buscaremos o quantitativo total de alunos que responderam à pesquisa, entretanto o foco será o comparativo entre as turmas de 2014/1 e 2015/2. Constatou-se nas edições anteriores, que a evasão dos alunos do referido curso, tem aumentado a cada coleta, necessitando de ações efetivas para redução desses números.

A pesquisa se sustenta com a coleta e comparação de dados, obtidos na coordenação de registro acadêmico do IFRO campus Porto Velho Zona Norte, sobre a evasão entre a turma ingressante em 2014.1 (já concluinte) e a turma ingressante no ano de 2015.2 (em andamento, finalizando em 2017.1), ambas do Curso Técnico em Finanças da modalidade EAD.

Com base na análise dos dados, ações pontuais serão implementadas buscando o resgate do aluno evadido e prevenindo novas evasões. Hipoteticamente, suponha-se que a evasão escolar na turma de 2014/1 do curso de Finanças tem como fator apontado pelos evadidos a falta de acompanhamento do tutor ou ausência de formação docente especializada. Como ação transformadora na realidade investigada, será proposto / implementado curso complementar de formação pedagógica para os docentes, tendo em vista que a grande maioria dos professores do IFRO são formados apenas como bacharéis, por exemplo.

A amostra será aleatória e não probabilística, de acordo com Richardson (2012, p. 161), "para que urna amostra seja aleatória, os elementos da população devem ter urna probabilidade igual ou conhecida, distinta de zero, de ser selecionados para formar parte da amostra". Entretanto, pretendemos atingir ao menos 48 participantes. O passo seguinte é planejar e implementar ações utilizando as informações do questionário e outras ideias que surgirem no decorrer da pesquisa, objetivando diminuir a evasão da turmas subsequentes.

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como aponta Oliveira (2001, p. 39): "[...] a evasão escolar e o trancamento de matrícula têm representado grandes problemas para a instituição de educação profissional". Segundo sua pesquisa realizada em um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) foi identificado um percentual entre 30,0 a 50,0% de evasão, nos diferentes cursos. Vale ressaltar que números como estes apresentam consequências drásticas tanto para a vida do discente quanto para a instituição, resultando num antigo problema que é a baixa qualificação profissional dos jovens.



A oferta dos cursos técnicos em Informática para Internet e técnico em Finanças pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia na modalidade EAD atende hoje 25 polos distribuídos em diversos municípios do Estado de Rondônia, isto significa um alcance de quase 50% de todo o Estado.

Por outro lado, junto com esta crescente oferta e procura por estes cursos e modalidade de ensino surge a problemática da evasão escolar que tem sido crônica e crescente, conforme mensurados nos dados iniciais da investigação.

Na primeira análise dos dados coletados, tendo por base o referencial da evasão o número de matriculados por período de cada curso, constatou-se no curso técnico em Informática para Internet no primeiro semestre do ano de 2015, que num total de 791 matriculados, 306 alunos evadiram do curso, totalizando um percentual de 28% de evasão escolar, conforme observado nas figuras abaixo:

INFORMÁTICA PARA A INTERNET EAD - VISÃO
GERAL - IFRO -2015

791

485

Matrículados 1° semestre

Matrículados 2° semestre

Figura 1 – Curso técnico em Informática para Internet.

Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

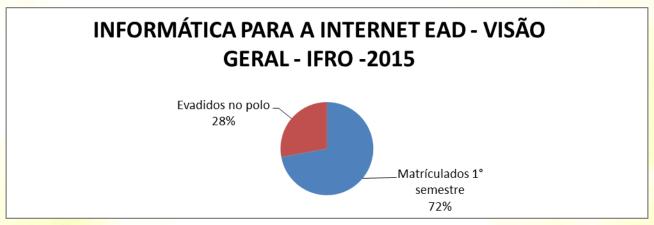


Figura 2 – Curso técnico em Informática para Internet.

Fonte: Elaborada pelo autor (2016)



No segundo momento, a situação ainda é pior, no curso técnico em Finanças, numa investigação mais detalhada no polo do município de Cerejeiras, cerca de 700 km distantes da capital Porto Velho, dos 50 alunos matriculados no mesmo período, 29 alunos abandonaram o curso antes de finalizar o semestre, representando um percentual de 58% de evasão, conforme observado abaixo:

TAXA DE EVASÃO - TÉCNICO EM FINANÇAS EAD 2015/1 POLO CEREJEIRAS

# Matriculados
Taxa de Evasão

Figura 3 - Curso técnico em Finanças.

Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

Nesse sentido, existe a necessidade e a urgência de realização de análises aprofundadas como aponta Oliveira (2001, p. 39) "[...] a evasão escolar e o trancamento de matrícula têm representado grandes problemas para a instituição de educação profissional". Segundo sua pesquisa realizada em um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) foi identificado um percentual entre 30,0 a 50,0% de evasão, nos diferentes cursos. Vale ressaltar que números como estes apresentam consequências drásticas tanto para a vida do discente quanto para a instituição, resultando num antigo problema que é a baixa qualificação profissional dos jovens e consequente marginalização.

#### **CONCLUSÕES**

Em âmbito geral, a evasão discente no ensino técnico está presente em diversas Instituições públicas de ensino com índices elevados. Nessa direção, fazem-se necessárias pesquisas que identifiquem as razões da evasão e apresentem soluções efetivas para transformar esta realidade, cabendo a família, bem como ao Estado implementar políticas públicas voltadas ao combate a evasão escolar para que a ação na redução do número de alunos evadidos tenha sucesso, pois não se deve apenas tratar a evasão escolar, mas verificar o contexto em que o aluno evadido está envolvido para que assim seja possível uma compreensão mais clara e abrangente desta problemática que atinge a educação pública brasileira.



Entretanto, pode-se dizer que independente do que ocasiona a evasão, o prejuízo pessoal, social e institucional envolvidos, impacta direta e de forma negativa no desenvolvimento da sociedade a curto e longo prazo. Assim, mesmo com os esforços governamentais, políticas educativas e investimentos financeiros, sem um olhar direcionado para pontos relevantes, como a evasão, todo o empenho não alcança o resultado pretendido.

Entender e compreender as causas que levam os discentes a abandonar a sala de aula é relevante e necessário para evitar desperdício de investimentos e, mais que isso, evita-se que tais experiências aprofundem o fracasso e a decepção pessoal.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso. Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm</a>. Acesso em: jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <a href="http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf">http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf</a>. Acesso em jul. de 2014.>

CensoEAD.br: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. Organização Associação Brasileira de Educação a distância. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à Educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EAD**: Educação a Distância hoje. São Paulo: Editora Pearson Prentice, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo CEFET X. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 23, n. 46, p. 25-43, jan./jun., 2001. 200p.

LINHARES, M. T. M. O direito à educação como direito humano fundamental. Revista Jurídica da Universidade de Franca, Maio 2007, p. 149-161, 2007.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. Metodologia da Pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.